



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

DANIELEN COSTA FERREIRA  
GRACIETE MACIEL DA COSTA

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO INDIVÍDUO CADEIRANTE EM AULAS DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA: UM OLHAR DA COMUNIDADE ESCOLAR

BELÉM - PA  
2021

DANIELEN COSTA FERREIRA  
GRACIETE MACIEL DA COSTA

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO INDIVÍDUO CADEIRANTE EM AULAS DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA: UM OLHAR DA COMUNIDADE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Universidade Federal do Pará - UFPA, como  
requisito para obtenção do grau de Licenciatura  
em Educação Física, sob a orientação do Prof.  
Dr. Flavius Augusto Pinto Cunha

Belém/PA  
2021

DANIELEN COSTA FERREIRA  
GRACIETE MACIEL DA COSTA

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO INDIVÍDUO CADEIRANTE EM AULAS DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA: UM OLHAR DA COMUNIDADE ESCOLAR

Data de aprovação: \_\_/\_\_/\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Flavius Augusto Pinto Cunha (Orientador)

---

Prof. Dr. Ítalo Sérgio Lopes Campos (banca avaliadora)

---

Profa. Dra. Fátima de Souza Moreira (banca avaliadora)

## DEDICATÓRIA

**Graciete Maciel da Costa** dedica esse trabalho:

Em primeiro lugar a Deus. Aos meus familiares por me incentivarem sempre a esta formação acadêmica, especialmente a minha amada mãe **Raimunda de Sena Maciel da Costa**, e meu pai **Marcelino dos Santo da Costa**. Aos meus queridos filhos **Carlos Daniel da Costa Marques** e **Kauã da Costa Lobato**.

**Danielen Costa Ferreira** dedica esse trabalho:

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus. Aos meus familiares por me incentivarem sempre a esta formação acadêmica, especialmente a minha amada mãe **Dilce Maciel da Costa**, pelo exemplo de coragem e simplicidade, ao meu irmão **Dheickson Maciel** (em memória) que foi uma das fontes pra a escolha de entrar em uma graduação ao meu esposo **Claudemir** é irmãos **Delaias** e **Dayane**.  
Que incansavelmente, apoiaram a minha caminhada.

“A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces”

Aristóteles

## AGRADECIMENTOS

**Graciete Maciel da Costa** agradece:

Às minhas queridas irmãs, **Maria de Fátima, Suzana, Natalina, Rosangela** e irmãos, **Antônio, Reginaldo, Marcelo, Aldo, Rodrigo**. Aos meus amigos **Ely Neves, Amanda Serrão** e, mais que especial, **Rosiomar Lobato Pinheiro Rodrigues**. Aos primos muito queridos **Maria do Carmo, Ronald Marques e Vanielem Costa** que, incansavelmente me apoiaram.

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pela saúde física e mental, o que me possibilitou chegar a esse momento progressivo de realização pessoal e profissional.

Agradeço a minha mãe, **Raimunda De Sena Maciel Da Costa**, por ter acreditado em mim e não ter medido esforços para que eu alcançasse essa conquista. As minhas irmãs e irmãos que sempre me incentivaram a progredir nos meus estudos. Agradeço todos os professores que contribuíram muito para o crescimento do meu conhecimento.

Agradeço a todos os colegas e amigos que caminharam comigo nessa jornada, em especial a: **Isabella Casiano, Danielen Costa, Fraciani Ferreira, Larisa Evelly, Rosilene Santos**, por sermos tão unidos em momentos de dificuldades.

A todos os mestres e mestras que, ludicamente ou não, no decorrer de nossas vidas, apontaram, não apenas o caminho, mas colaboraram para a construção e abertura de múltiplas trilhas de conhecimento em especial, deixo aqui meus agradecimentos ao meu orientador, **Profº Flavius Augusto Pinto Cunha**, que com toda sua tranquilidade e grande sabedoria soube me auxiliar de maneira eficaz, estando sempre presente nos momentos em que precisei.

## AGRADECIMENTOS

**Danielen Costa Ferreira** agradece:

Agradeço, primeiramente, à Deus, que me deu energia e benefícios para concluir esse trabalho.

Agradeço aos meus pais, **Dilce Maciel da Costa** e **Daniel Pinheiro da Costa** por ter acreditado em mim e não ter medido esforços para que eu alcançasse essa conquista. Meu esposo **Claudemir Ferreira** que sempre me incentivou a progredir nos meus estudos, tanto quanto meus irmãos, tios e primos.

Agradeço a todos os colegas e amigos que caminharam comigo nessa jornada, em especial a **Graciete Maciel** minha dupla pra esse trabalho, **Isabella Casiano**, **Fraciani Ferreira**, **Larisa Evely**, **Rosilene Santos**, por sermos tão unidos em momentos de dificuldades.

A todos os docentes da faculdade de educação física Campos UFPA/ Belém que compartilharam os seus conhecimentos nos provocando a todo tempo a termos uma reflexão crítica, em especial, deixo aqui meus agradecimentos ao meu orientador, **Profº Flavius Augusto Pinto Cunha**, que com toda sua tranquilidade e grande sabedoria soube me auxiliar de maneira eficaz, estando sempre presente nos momentos em que precisei.

A todos que sempre estiveram torcendo, por mim, que de forma direta ou indireta contribuíram para esse trabalho.

As políticas de ações afirmativas como o PSE quilombola que me deu a oportunidade de alcançar esse sonho. Minha palavra hoje é de agradecimento e gratidão.

Com certeza só foi assim, tão maravilhoso, porquê você sempre foi minha inspiração. Obrigada Deus!

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Entrada da escola investigada.....	28
<b>Figura 2:</b> Local da escola para aulas práticas de EF.....	29
<b>Figura 3:</b> Entrada de banheiro estreita para cadeirantes, sem adaptação.....	30

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

UFPA = Universidade Federal do Pará

PA = Pará

EF = Educação Física

No. = número

OMS = Organização Mundial da Saúde

PCD = Pessoas com Deficiência

dB = decibéis

AVC = Acidente vascular cerebral

LDB = Leis de Diretrizes e Bases

p. = página

## RESUMO

O interesse em indivíduos cadeirantes se deu a partir da disciplina Educação Física (EF) adaptada. As crianças cadeirantes são capazes de adquirir um repertório de conhecimento que lhe são ensinados a partir do momento que são estimulados, principalmente no que se refere as experiências motoras. Nesse sentido, o objetivo do nosso estudo foi descrever os desafios e as possibilidades de atuação do professor de EF no processo de inclusão de estudantes que utilizam cadeira de rodas. A pesquisa de abordagem qualitativa foi desenvolvida em escola pública de ensino infantil e fundamental de Abaetetuba/PA. Os participantes desse estudo foram: a direção da escola, a técnica em educação especial, a professora do ensino regular, a professora itinerante de EF, os pais/responsáveis do estudante cadeirante e 2 colegas de classe (alunos do 3º ano). Os voluntários responderam um questionário semiestruturado com perguntas que abordavam a inclusão de cadeirantes na escola. Nossos resultados indicaram que a instituição escolar deveria ser efetivamente mais orientada para as particularidades apresentadas pelos alunos do que para as necessidades da sociedade. Além disso, as escolas precisam valorizar a diversidade e promover a equidade de suas aprendizagens, assegurando o atendimento de suas necessidades coletivas e individuais, de modo que seu papel na formação individual possibilite a construção de uma cultura de respeito a diversidade e combate às desigualdades. Dessa forma, nossa conclusão possibilitou um melhor entendimento sobre a questão da inclusão da criança cadeirante durante sua participação no processo do ensino aprendizagem, em especial, nas aulas de EF. No entanto, os espaços institucionalizados para a formação de crianças ainda precisam de ajustes, tanto espaços físicos quanto espaços de formação de profissionais especializados para atuação com essa população.

**Palavras-chave:** Inclusão; Usuário de cadeira de rodas; Escola.

## ABSTRACT

The interest in individuals using wheelchairs was based on the adapted Physical Education (PE) discipline. Wheelchair children are able to acquire a repertoire of knowledge that is taught to them from the moment they are stimulated, especially with regard to motor experiences. In this sense, the aim of our study was to investigate the challenges and possibilities for the role of the PE teacher in the process of inclusion of students using a wheelchair. The research has a qualitative approach and was developed at the public kindergarten and elementary education. The subjects were: school management, special education technician, regular education teacher, itinerant PE teacher, parents/guardians of the student and 2 classmates (3rd grade students). Volunteers answered a semi-structured questionnaire with questions that addressed the inclusion of wheelchair users in the school. Our results indicated that the school institution should be effectively more oriented towards the particularities presented by the students than towards the needs of society. In addition, schools need to value diversity and promote equity in their learning, ensuring that their collective and individual needs are met, so that their role in individual training enables the construction of a culture of respect for diversity and combating inequalities. Thus, our conclusion enabled a better understanding of the issue of inclusion of wheelchair users during their participation in the teaching-learning process, especially in PE classes. However, institutionalized spaces for the education of children still need adjustments, both physical spaces and spaces for training specialized professionals to work with this population.

**Keywords:** Inclusion; Wheelchair user; School.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 Objetivo geral.....	14
1.2 Objetivos específicos.....	14
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>15</b>
2.1 . Principais deficiências.....	15
2.1.1. Deficiência cognitiva (mental).....	15
2.1.2. Deficiência sensorial.....	16
2.1.3. Deficiência múltipla.....	17
2.1.4. Deficiência física.....	17
2.2. A inclusão das pessoas com deficiência.....	18
2.3. A escola e a inclusão.....	21
2.4. Inclusão do aluno cadeirante no ambiente escolar.....	24
<b>3. MATERIAIS E MÉTODOS.....</b>	<b>27</b>
3.1. Descrição do estudo.....	27
3.2. Local de realização do estudo.....	27
3.3. Participantes.....	28
3.4. Procedimentos de coleta de dados.....	28
3.5. Interpretação dos dados.....	29
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>31</b>
<b>5. CONCLUSÕES.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>49</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão da criança cadeirante nas aulas de Educação Física (EF) descreve desafios a serem superados pelo professor e mostra as possibilidades de atuação no contexto escolar. das aulas. O interesse por essa temática engloba o processo de ensino/aprendizagem durante a EF para estudantes usuários de cadeira de rodas, assim como o caráter de inclusão nas aulas.

Com interesse especial nas escolas do município de Abaetetuba-PA, buscamos descrever os desafios que o docente de EF encontra na inclusão do estudante usuário de cadeira de rodas nas atividades práticas, discutindo também as estratégias que são utilizadas para a participação de todos.

Os profissionais da educação que atuam com esses alunos sentem dificuldades em desenvolverem as suas atividades, por não terem formação adequada para tal, além do que, as escolas apresentam estruturas não apropriadas para a inclusão de deficientes que utilizam cadeira de rodas. Contudo, as condições para oferecer as orientações básicas para professores e alunos quanto ao processo de interação no espaço escolar de crianças que utilizam cadeira de rodas parece evoluir, mas a passos lentos.

Para Mantoan (2003, p. 59), “a inclusão tem caráter de reunir alunos com e sem algum tipo de limitação, traz o conceito de que é preciso haver modificações na sociedade para que esta seja capaz de receber todos os segmentos que dela foram excluídos”. A autora ainda conclui que é preciso mudar a escola e, mais precisamente, o ensino nela ministrado, pois a escola aberta é o grande alvo e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação nestes novos tempos.

É de suma importância que a ação educativa contemple as necessidades educativas especiais de todos os alunos que estão envolvidos no processo ensino/aprendizagem, levando em consideração as suas possibilidades e limitações. Nessa perspectiva, fica clara a necessidade de um processo de inclusão no que se refere a crianças com deficiência física na rede pública de ensino, em especial, os cadeirantes.

A acessibilidade relacionada a mobilidade reduzida, descrita na Lei no. 10.098/2000, tem como característica apresentar informações acerca da deficiência limitada de forma “temporária ou permanentemente, que limita a capacidade do indivíduo de se relacionar com o meio e a forma de como utilizá-lo” (BRASIL, 2000, p.1). Essa temática é relevante e merece destaque por considerar fundamental à

inclusão de pessoas com deficiência e necessitam do uso de cadeira de rodas para a participação efetiva no ambiente escolar. No entanto, os espaços institucionalizados para a formação de crianças ainda precisam de ajustes, tanto espaciais quanto de formação de profissionais especializados para atuação com essa população.

Entendemos que problemas nessa interação da criança que utiliza cadeira de rodas com a escola ainda são recorrentes. Porém, por outro lado, **de que forma o professor de EF pode contribuir nessa inclusão do aluno que utiliza cadeira de rodas?**

Acreditamos que a criatividade nas aulas de EF pode ser desenvolvida através das atividades lúdicas, o professor deve trazer essa característica para a quadra ou qualquer outro espaço onde acontece as aulas, assim como deve também estimular o desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo. Além disso, a aquisição de materiais de apoio para auxiliar nesse processo de aprendizagem é fundamental para a aquisição e fixação dos novos conteúdos (KISHIMOTO, 2003).

Esse autor afirma que ao usar o brinquedo/jogo educativo com fins pedagógicos, remete-nos para a relevância desses instrumentos para situações de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento infantil, pois, se consideramos que a criança aprende de modo intuitivo, adquirindo noções espontâneas que envolvam o ser humano na sua integridade, com suas cognições, afetividade, corpo e interações sociais, o brinquedo/jogo pode desempenhar um papel de grande relevância para desenvolvimento da criança.

**O trabalho de conclusão de curso foi assim organizado:** a fundamentação teórica com relação: as principais deficiências; os aspectos históricos das pessoas com deficiência; a escola e a inclusão; modelo de inclusão do aluno cadeirante no ambiente escolar. O método envolveu coleta de dados a partir de questionário semiestruturado e, em seguida, **resultados e discussões que nos possibilitou uma maior compreensão do processo de ensino e aprendizagem do aluno cadeirante.**

Nesse sentido, a natureza da aula de EF possibilita interações de forma efetiva e prazerosa, no entanto, é necessário aprofundar os conceitos associados aos estudantes cadeirantes quanto a sua participação no processo educativo. Dessa forma, o nosso estudo traz os seguintes objetivos:

### **1.1. Objetivo Geral**

- Descrever os desafios e as possibilidades de atuação do professor de EF no processo de inclusão de estudantes que utilizam cadeira de rodas.

### **1.2. Objetivos Específicos**

- Identificar desafios estruturais na escola para a inclusão de estudantes cadeirantes;
- Comentar as perspectivas do corpo técnico quanto a ações de inclusão em ambiente escolar;

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1. Principais deficiências

É oportuno conhecer um pouco a respeito das terminologias utilizadas quando se trata de pessoas com deficiência. A Organização Mundial da Saúde (OMS) utiliza os seguintes conceitos para descrição dessa terminologia:

- Deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica;
- Incapacidade é toda falta ou restrição devido a uma deficiência da capacidade de realizar atividades na forma ou na medida em que se considera normal para o ser humano;
- Impedimento é situação desvantajosa para um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade que lhe limita ou impeça o desempenho de uma ação que é normal em função do cotidiano, considerando a função de idade, sexo e fatores sociais e culturais.

Até a algum tempo atrás era muito utilizado o termo “excepcional” para referir-se as pessoas com algum tipo de deficiência. Após a década internacional das pessoas com deficiência (1981 - 1990), tem sido utilizado o termo Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) (SASSAKI, 2006). Esse autor relatou que as necessidades especiais podem ser de caráter permanente ou temporário, correspondendo a algum tipo de deficiência cognitiva (mental), sensorial (auditiva e visual), múltipla, física, ou que apresentam condutas típicas das síndromes neurológicas, psiquiátricas e psicológicas e, ainda, as de altas habilidades (superdotados). Atualmente, o termo Pessoas com Deficiência (PCD) tem sido utilizado como terminologia vigente. É importante dialogar com o marco legal e atual que é a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tendo como referência no ambiente escolar o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

#### 2.1.1. Deficiência Cognitiva (Mental)

De acordo com Decreto no. 3.298/1999, da Presidência da República, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, a deficiência mental caracteriza-se pelo funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestações antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) Comunicação.
- b) Cuidado pessoal.
- c) Habilidades sociais.
- d) Utilização da comunicação.
- e) Saúde e segurança.
- f) Habilidades acadêmicas.
- g) Lazer.
- h) Trabalho.

As deficiências mentais, de forma geral, podem ter sua origem a partir de três causas: as de ordem biológica, as de ordem psicológica e as de ordem sociológica. A causa biológica compreende fatores pré-natais, perinatais e pós-natais. Dentro desse grupo de causas podem ser citados os traumatismos obstétricos, a hipoxia, a prematuridade, infecções, hemorragias cerebrais, exposição à agente tóxico, entre outros. As causas psicológicas estão ligadas à carência afetiva precoce, aos distúrbios perceptivos, aos fatores emocionais, tais como, neuroses, psicoses e etc. E finalmente, as causas de origem sociológicas podem ser decorrentes da privação social e cultural, do nível socioeconômicos e a compreensão do grupo sociofamiliar.

### *2.1.2. Deficiência Sensorial*

A deficiência sensorial divide-se em deficiência visual e auditiva.

a) Deficiência visual - A acuidade visual é determinada por cálculo que tem relação com o campo visual e o objeto a ser identificado. Pode-se afirmar que 85% das impressões são recebidas através dos olhos. Ao se tornar deficiente visual o indivíduo poderá desenvolver outros sentidos que compensem a visão. A deficiência visual pode ter vários graus a depender da percepção visual considerada normal.

b) Deficiência auditiva - É caracterizada pela perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis:

- de 25 a 40 decibéis (dB)- surdez leve;
- de 41 a 55 dB - surdez moderada;
- de 56 a 70 dB - surdez acentuada;
- de 71 a 90 dB - surdez severa;
- acima de 91 dB - surdez profunda;
- anacusia.

Ao lado das deficiências da audição podem ser encontradas, às vezes, como consequência, as deficiências de dicção. Os defeitos da fala podem ter origem na dificuldade de audição ou, também, podem ocorrer em função de outros problemas.

### 2.1.3. Deficiência Múltipla

É a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências (mental/ visual/ física/ auditiva), com comprometimentos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa, podendo apresentar alterações significativas no processo de desenvolvimento, aprendizagem e adaptação social. A inclusão do aluno com deficiência múltipla na escola deve garantir o direito desse sujeito de ser criança, de frequentar e pertencer a esse espaço, portanto, e necessário algumas adaptações e mudanças como no currículo, mobiliário adequado (mesas, cadeiras dentre outras adaptações), eliminação de barreiras, estimulação constante, dentre outros.

A deficiência múltipla mais do que a soma de várias deficiências, traz diversas consequências no desenvolvimento da criança, tanto na sua maneira de conhecer o mundo quanto no desenvolvimento das habilidades adaptativas.

### 2.1.4. Deficiência Física

Caracteriza-se pela alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. Pode apresentar-se sob a forma de:

- a) Paraplegia - paralisia dos membros inferiores;
- b) Monoplegia - paralisia de um só membro;
- c) Tetraplegia - paralisia dos quatro membros;
- d) Triplegia - hemiplegia acompanhada de paralisia de um membro do lado oposto;
- e) Hemiplegia - paralisia de um dos lados do corpo;
- f) Amputação ou ausência de membro;
- g) Paralisia cerebral;
- h) Membros com deformidade congênita ou adquirida.

As deficiências físicas podem estar ligadas aos mais diversos fatores, desde a má formação congênita, as causadas por traumas, causadas pela paralisia cerebral e as decorrentes de acidentes vasculares cerebrais (AVC). De acordo com o Decreto no. 5.296 de 2 de dezembro de 2004, deficiência física é: "alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o

comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tripareisia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções" (BRASIL, 2000).

Na escola mudanças necessárias devem acontecer para a inclusão desse aluno cadeirante, como na estrutura física e nos recursos pedagógicos para atender esses alunos com deficiência física, no qual são necessárias algumas adaptações para uma educação de qualidade, isto é, pensar na acessibilidade do espaço escolar e de toda a sociedade. A escola tem que proporcionar um ambiente agradável, confortável e prazeroso, onde os alunos tenham condições de aprender, desenvolver-se superando seus medos e desafios que venham a encontrar no seu dia a dia, ajudando então a encontrar meios facilitadores de ensino e aprendizagem e locomoção no ambiente escolar.

## **2.2. A inclusão das Pessoas com Deficiência**

A prática da inclusão é um sistema que contribui para um novo tipo da sociedade através de pequenas e grandes transformações, nos ambientes ( espaços externos e internos ) e na mentalidade de todas as pessoas. Entendida como processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas gerais, pessoas com necessidades especiais se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

No passado, a sociedade quase sempre desenvolveu obstáculos à integração das pessoas com necessidades educativas especiais (pessoas com deficiência). Nesses indivíduos foram observados receios, medos, superstições, frustrações, exclusões, separações, entraves que preencheram, lamentavelmente, vários exemplos históricos que vão desde Esparta na Grécia Antiga à Idade Média (MAZZOTA,2011).

Esse mesmo autor comenta que somente após as duas grandes guerras mundiais, com a mutilação de muitos soldados de vários países do mundo, relacionaram aos sobreviventes diversas deficiências e, conseqüentemente, refletindo então na evidência de suas dificuldades para levar a vida igualmente as demais pessoas é que as ações voltadas ao atendimento dessa clientela, começou

a alavancar. Relata ainda que, a trajetória vivida por essas pessoas é antiga e árdua, marcada também por várias fases, estas fases receberam o nome de exclusão, segregação e integração. No debate teórico essas fases chamamos de paradigmas da educação especial. Na primeira, a exclusão, as pessoas com necessidades educativas especiais eram tidas como pessoa indignas de receber qualquer tipo de atendimento, principalmente educacional. A segunda, chamada de segregação, ocorreu por volta do final do século XX, com a atenção voltada a essas pessoas, porém tinha apenas o caráter assistencialista e médico, portanto, as pessoas com necessidades educativas especiais não podiam estudar em nenhuma escola regular. Por fim, a 3ª fase chamada de integração, criando classes especiais para pessoas com deficiência.

A integração fez com que as crianças com algum tipo de deficiência que tivessem em fase escolar passassem a receber atendimento educacional nas escolas regulares, mas em classe chamada de especiais, separadas do resto da turma de alunos ditos “normais” (SASSAKI, 2006). Diante desse contexto, surgiram vários movimentos nacionais e internacionais com finalidade de buscar um consenso para uma política de integração e de educação inclusiva, sendo que o seu ápice foi a Conferência Mundial de Educação Especial, que teve a participação de 88 países e 25 organizações internacionais, em Assembleia geral, a cidade de Salamanca, na Espanha, em junho de 1994.

Nessa conferência ficou aprovado a Declaração de Salamanca, documento de referência mundial e orientador do processo de inclusão, ela expõe princípios, políticos e práticas das necessidades educativas especiais e uma linha de ação. Por este documento firma-se a urgência de ações que transformem em realidade uma educação capaz de reconhecer as diferenças, promovendo a aprendizagem e atendendo as necessidades de cada criança individualmente. Logo, de acordo com o Ministério da Educação, em Brasil fica em evidência que:

Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades (2004, p.16).

A Declaração de Salamanca tem como objetivo defender que todas as crianças possam ter direito à educação e ao acesso aos conhecimentos. Não só a Declaração de Salamanca está relacionada com os direitos da Lei de Diretrizes e

Bases da Educação – LDB, mas também a Constituição da República Federativa do Brasil, entre outras fontes reguladoras que expõem princípios políticos práticos das necessidades educativas especiais e de uma linha de ação para atuação com essa população.

A nossa Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º, capítulo I, diz: a “igualdade dos direitos entre os indivíduos, sem distinção de qualquer natureza”. Este artigo serviu como suporte legal a todas as outras legislações destinadas a área social e trata, no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação (BRASIL, 1988). Esse direito deve visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade.

Trata-se, portanto, de duas questões - o direito à educação, comum a todas as pessoas e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais escolas “regulares”. A legislação, no entanto, é sábia em determinada preferência para essa modalidade de atendimento educacional, ressaltando os casos de excepcionalidade em que as necessidades do educando exigem outras formas de atendimento.

Portanto, no cenário brasileiro, a LDB da Educação Nacional, Lei no. 9.394/96 introduziu, em seu capítulo V, artigo 58 e incisos I, II e III as bases da Educação Especial:

Artigo 58 - Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos que apresentam necessidades especiais;

§ I diz que: Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular para atender às peculiaridades da clientela de educação especial;

§ II diz: O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular;

§ III diz: A oferta de educação especial é dever constitucional do Estado, tem início a partir da faixa etária entre zero aos seis anos de idade.

A questão é relevante para os que desejam pensar as relações sociais na perspectiva do enfrentamento do modelo de social gerador da exclusão. Embora ofereça o respaldo necessário ao trabalho inclusivo, a legislação, por si só, não opera mudanças.

Levantamento recente analisou as percepções de professores de EF da Educação Básica da rede pública de ensino sobre as barreiras e os facilitadores da inclusão escolar. O instrumento de pesquisa foi uma entrevista realizada com vinte professores, tendo as informações interpretadas pela análise de conteúdo, concluindo que, por sua complexidade, o espaço educativo é permeado por barreiras e facilitadores da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de EF e que barreiras e facilitadores são o inverso um do outro, isto é, a presença de um determinado obstáculo é uma barreira enquanto a ausência deste mesmo obstáculo é um facilitador (KRUG et al., 2019).

Em outra perspectiva, com a população adulta, barreiras e motivações para a prática de atividade física por pessoas com deficiência física também foram analisadas, e as preferências envolveram a prática esportiva, especialmente, o basquetebol em cadeira de rodas. Sobre as motivações, a dimensão saúde se sobressaiu como o fator motivacional mais citado pelos praticantes e, quanto às barreiras, a falta de equipamentos disponíveis e adaptados foi a mais evidenciada para a prática de atividades físicas, concluindo quanto a necessidade da criação de atividades específicas considerando as preferências e as motivações apresentadas pelas pessoas com deficiência física, aliado à tentativa de minimizar as barreiras para esta prática (PALMA et al., 2020).

### **2.3. A escola e a inclusão**

As crianças que chegam à escola, grande parte delas consegue andar, correr e saltar. Segundo Soares (1996, p. 36), “os atos de andar, correr e saltar são cotidianos, partes da vida em sociedade, são traços culturais destas ações já escritos de diferentes formas nos corpos dos alunos”. Porém, a escola tem recebido crianças que não conseguem andar, saltar, ouvir ou falar. Esse autor comenta que este não fazer, que também faz parte da vida em sociedade, são alguns dos traços culturais que acentuam nossas diferenças, sendo também do trato pedagógico dado pelas aulas de educação física.

Apesar de constantes renovações, o conceito de inclusão ainda se refere primordialmente as questões ligadas às diferentes classificações da deficiência. Assim sendo, as diferenças entre os alunos têm se transformado apenas em justificativas para se consentir a falta de apropriação dos alunos sobre o

conhecimento abordado, legitimando também sua ausência nas práticas corporais realizadas em aulas de EF.

A Inclusão nas aulas de EF sugere um acesso ao seu conhecimento específico e a oportunidade de refletir sobre questões relacionadas ao corpo, a saúde e ao movimento de forma mais ordenada. A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual que pode apresentar diversas formas, dependendo das necessidades dos alunos. Além disso, que esse conhecimento possa ter uso para atividades sociais da leitura e da escrita, sendo o processo responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação como ele é com os colegas.

A Escola é o espaço social em que a educação acontece, onde o conhecimento é cultivado e construído com o objetivo de tornar possível alavancar as transformações nos aspectos sociais, políticos e econômicos, tornando assim mais fácil a vida da coletividade (MANTOAN, 2000). Essa escola é o lugar em que todos os alunos devem ter as mesmas oportunidades, mas com estratégias de aprendizagem diferentes.

O conceito de inclusão deve ser discutido nas aulas de EF de forma diferente, com apreensão desta “codificação” e com acesso ao conhecimento específico da EF, sem excluir os alunos que não têm oportunidades ao acesso a estes códigos e aos conhecimentos específicos. Está incluído nas aulas de educação física implica ter acesso ao conhecimento específico da área e oportunidade de construir questões mais elaboradas relacionada ao corpo e ao movimento (SOARES, 1996).

De acordo com a lei da LDB no. 9394/96, todas as pessoas com deficiência têm o direito a matrícula, sem discriminação de turnos nas escolas regulares, com objetivo de integrar equipe de todos os níveis e graus de ensino com as equipes de educação especial, em todas as residências administrativas pedagógicas do sistema educativo e desenvolver ações integradoras na área de ação social saúde e trabalho (BRASIL, 1996). O artigo 4 da LDB define como dever do Estado o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (Inciso III). Esses Direitos expressos em leis são frutos de processos democráticos que indicam o reconhecimento da cidadania destas pessoas.

O despreparo do sistema regular de ensino para atuar no processo, a resistência dos membros da comunidade escolar na aceitação dos alunos, além de

outros fatores da natureza familiar e sociocultural, revela a necessidade de muita cautela para não correr o risco de criar falsos mecanismos de inclusão, visto que ainda é bastante comum no interior das escolas atitudes que buscam uma homogeneidade que não existe, onde aquele que se mostra diferente da norma imposta é excluído. É fundamental que as instituições educacionais façam uma reflexão sobre as políticas educacionais inclusivas, porque uma coisa é pregar inclusão, outra é praticar lá no dia a dia na escola.

Porém, ajustando o novo conceito de inclusão às diversas realidades desse processo requer dar a escola brasileira um perfil ético, instituído nas salas de aula, não apenas em currículo, mas na prática, com ampla discussão sobre os diferentes, sobre as diferenças individuais. Mantoan relata que:

A nossa intenção é criar a escola para que seja a porta de entrada das novas gerações para o mundo plural em que já estamos vivendo. Nesse sentido, pensamos que de antemão as reformas educacionais e todas as interrogações sobre o papel da escola exige que se repense a prática pedagógica, a ética, a justiça e os direitos humanos como eixos. Busca-se uma nova fase de humanização e de socialização, que supera os pressupostos hegemônicos do liberalismo, baseada na interatividade na superação de barreiras física, psicológica, temporais e culturais (2000, p. 01).

Na sociedade, de maneira geral, as pessoas, principalmente aqueles que estão envolvidos com a educação, devem compreender que a escola existe em função do aluno, e por isso, precisa criar um ambiente que favoreça o aluno na apropriação do conhecimento, de habilidades na formação de um pensamento crítico (GUSMÃO, 2003). Daólio (2005, p. 48) comenta que “para que todos os alunos possam se apropriar do conhecimento, a EF deve considerar a diversidade, pois somos seres diferentes e todos temos potencial para aprender”.

Tornar a educação um processo de ensino/aprendizagem fundamentado na troca de diferentes é um desafio constante, pois: ser diferente é ser desigual? Tornar todos iguais negando suas diferenças não seria um ato autoritário, negador do outro, e, como tal, um ato de poder” (GUSMÃO, 2003). Na inclusão escolar o professor é o responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação da criança com deficiência e as outras crianças da classe de aula.

A escola é um espaço social em que a educação acontece, o conhecimento é cultivado e construído com o objetivo de tornar possível as transformações nos aspectos sociais, políticos e econômicos, tornando assim a vida da coletividade mais

prazerosa. Essa escola é o lugar em que todas as crianças devem ser elas mesmas, todas terem as mesmas oportunidades, mas com estratégias de aprendizagem diferentes.

#### **2.4. Inclusão do aluno cadeirante no ambiente escolar**

O ambiente escolar sem dúvida é um lugar mágico, onde se aprende, se ensina, se busca novidades e onde se brinca. A escola tem como finalidade a busca pelo conhecimento, e seu papel é organizar criativamente esse conhecimento a ser tratada em um tempo, produzindo desafios com este desconhecido, e arrancando alegrias e conquistas (SOARES, 1996).

Por outro lado, a EF, como conteúdo curricular da escola na educação básica, no seu início, teve ligação entre as áreas militares e médica, pois visava o corpo saudável, equilibrado e higiênico, e a partir da industrialização, essa mesma educação física tinha como objetivo e fortalecer o trabalhador e visava a produção, e na década de 1970 ela foi inserida no campo da educação com objetivo voltado à competição. É inquestionável que a EF faça parte da escola, e causa, segundo Soares (1996, p. 7) “uma adorável, benéfica e restauradora desordem na instituição, assim estamos na escola para a formação integral da criança, a partir da socialização”.

Com a tarefa específica dentro da educação básica de socializar os conhecimentos relativos à cultura corporal e de movimento, a disciplina curricular EF tem uma especificidade dentro da escola que deve ser observado pelos professores e alunos. Pois, muitas das vezes, os alunos cadeirantes continuam inserido em um ambiente pensado e organizado para alunos não cadeirantes, e para que este ambiente se torne minimamente adequado às necessidades dos alunos cadeirantes, são necessárias mudanças e adaptações. Nessa perspectiva, segundo Rocha:

A inclusão deve proporcionar a qualidade de ensino sem realizar a exclusão de nenhum aluno, e deve atender a diversidade presente, valorizando as habilidades de cada indivíduo, com objetivo de identificar suas peculiaridades e seu modo de aprendizagem, assegurando o sucesso dos alunos nas atividades do ambiente escolar (2020, p.19).

Outro ponto importante no que tange às questões de desenvolvimento, é que os alunos cadeirantes, como qualquer criança que frequenta o ensino fundamental, está em processo de desenvolvimento e de construção de valores sociais afetivos,

entre outros fatores relacionados ao seu crescimento. É na escola que as crianças aprendem, aperfeiçoam e experimentam regras de convivência social, regras de formação de grupo e de valores fundamentais para a adaptação da vida em sociedade (SOARES, 1996).

É também na escola que emoções e afetos são vividos de forma mais aberta, menos protegida, propiciando sucesso, insucesso, ciúme, competição, raiva, sentimentos importantes de serem reconhecidos e exercitados para o convívio social (ROCHA, 2020). Além disso, o mesmo autor comenta que é nesta etapa da vida que os processos identificatórios dessas crianças se consolidam, porém, é onde os docentes têm apresentado as maiores dificuldades. No entanto, não se pode fechar as escolas para qualificar os professores, mas os alunos com deficiências estão chegando hoje na sala regular e a maioria esmagadora dos professores não sabem o que fazer com eles.

A escola inclusiva necessita que os professores tenham uma mudança na postura, rompendo paradigmas e sendo formadores de gerações. O professor deve aceitar o desafio de lidar com crianças especiais, qualificando seu ensino, entendendo as relações nas práticas pedagógicas. O professor deve saber trabalhar coletivamente, saber superar as dificuldades e, acima de tudo, oferecer aos alunos oportunidades de pensar, refletir e evoluir em direção a um pensamento lógico e que entenda o real significado de inclusão.

Incluir um aluno cadeirante não só cadeirante mas que tenha outra deficiência nas aulas de educação física é muito desafiador, mas incluir significa trazer para o meio social os alunos com necessidades educativas especiais e que a inclusão escolar implica um compromisso que a escola assume de educar cada criança. A inclusão requer das escolas uma nova metodologia que contemple todos os alunos, necessita de informações e orientações de como melhorar esse processo de inclusão para proporcionar melhor ação funcional e promover a aprendizagem.

Em relação a inclusão do aluno com deficiência física nas aulas de EF foi verificada entre alunos com idade entre 9 e 14 anos, e os resultados mostraram que a inclusão dessas crianças está vinculada a três fatores: relação social, participação nas aulas e acessibilidade (AMORIM et al., 2020). Além disso, experiências vivenciadas quanto às dificuldades, bem como possibilidades da prática pedagógica de EF com alunos de uma associação com diferentes deficiências e níveis de comprometimento foram registradas e identificadas como significativas, tanto para os

alunos da associação, quanto para os estagiários de EF, havendo uma troca de conhecimento e experiências, possibilitando um crescimento pessoal, profissional e acadêmico, tornando-se de suma importância para o desenvolvimento dos futuros docentes da EF (JUCÁ et al., 2020).

### **3. MATERIAIS E MÉTODOS**

#### **3.1. Descrição do estudo**

Essa pesquisa caracteriza-se como descritiva e de campo, tendo um caráter qualitativo. A priori, iniciamos com uma investigação de cunho bibliográfico que, segundo Minayo, tem como característica:

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis (1994, p. 37).

No que concerne ao levantamento bibliográfico, foram feitas consultas às fontes secundárias existentes sobre o tema da pesquisa, como: livros, artigos, buscando autores que traçassem discussões abrangentes, fichando a bibliografia selecionada para organizar todos os elementos que pudessem contribuir para elucidação deste trabalho. Após o levantamento bibliográfico, deu-se início a pesquisa de campo que, segundo Lakatos e Marconi:

É aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste nas observações de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los (1996, p.186).

#### **3.2. Local de realização do estudo**

Por ser um estabelecimento de ensino regular já envolvida no processo de inclusão e teve a disciplina EF inserida no currículo escolar no ano de 2018, a Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental e Médio Professor Manoel Pedro Ferreira, localizada no Médio Itacuruçá, no município de Abaetetuba/PA aceitou participar desse estudo. A sala de aula do estudante cadeirante é o 3º ano do ensino fundamental, no turno da tarde. A figura 1 mostra a entrada da escola em Abaetetuba/PA que foi investigada.



**Figura 1:** Entrada da escola investigada.

**Fonte:** Ferreira e Costa, 2021.

### **3.3. Participantes**

Participaram desta pesquisa profissionais do estabelecimento de ensino e uma família da comunidade. Efetivamente, foram voluntários: a diretora da escola, a técnica em educação especial, a professora do ensino regular, a professora itinerante de EF, os pais/responsáveis do estudante cadeirante e 2 meninas da mesma classe da escola que pertence da criança cadeirante. Para tanto, os envolvidos na pesquisa assinaram um documento (termo de consentimento livre e esclarecido) (Anexo 1) autorizando a participação na pesquisa, procedimento padrão adotado conforme Resolução Nacional de Saúde, no. 466/2012, para estudos com seres humanos.

### **3.4. Procedimentos**

A coleta de dados ocorreu com a aplicação de um questionário semiestruturado com informações acerca dos desafios e as possibilidades do professor de EF no processo de inclusão de estudantes cadeirantes, com as seguintes etapas:

- ✓ Observação não-participante com o intuito de verificar melhor como a professora de EF faz para incluir o estudante cadeirante nas aulas. As observações foram registradas em diário de acompanhamento que, segundo Lakatos e Marconi:

Ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento [...] e obriga o investigador a um contato mais direto com realidade [...] (1996, p.191).

Considerando também a observação não participante, porque segundo Lakatos e Marconi (1996, p.193) “[...] o pesquisador tem contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela, permanece de fora”.

Entrevistas semiestruturadas foram aplicadas de forma remota com uso de e-mail e WhatsApp com os seguintes envolvidos: a direção da escola (anexo 2); técnica em educação especial (anexo 3); a professora de EF (anexo 4); mãe da criança cadeirante (anexo 5); estudantes da mesma turma da criança cadeirante (anexo 6). A figura 2 mostra onde as aulas de EF são realizadas com área coberta na escola da nossa investigação.



**Figura 2:** Local da escola para aulas práticas de EF.

**Fonte:** Ferreira e Costa, 2021.

As questões identificadas como conflitantes não devem esconder a ideia divergente ou posições antagônicas, pois, ela vai permitir observar melhor. Para Minayo (1994, p. 37), “a entrevista consiste em desenvolvimento de precisão, localização, fidedignidade e validade de certos atos sociais como a conversação”.

### 3.5. Interpretação dos dados:

Para a análise e tratamento dos dados coletados nas observações e entrevistas realizadas em campo, adotamos a análise de conteúdo. Nesse contexto, conforme citado por Bardin:

A análise de conteúdo envolve uma descrição analítica como uma forma de tratamento em pesquisas qualitativas e quantitativas, uma análise de significados, ocupa-se de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação (2011, p. 21).

Os nossos dados foram obtidos entre os meses de julho e agosto de 2021. Em sequência, as respostas foram agrupadas com o intuito de dar início a análise que apresentou caráter qualitativo, a partir das entrevistas realizadas.

Apesar da referida escola apresentar aluno cadeirante, adaptações básicas como rampas de acesso não foram observadas. A figura 3 mostra esse fator de acessibilidade.



**Figura 3:** Entrada de banheiro estreita para cadeirantes, sem adaptação.  
Fonte: Ferreira e Costa, 2021.

Durante nossas observações, observamos que a referida escola pesquisada deve passar por adaptações que são de extrema necessidade para o acesso e a permanência dos alunos cadeirantes, não há necessidade de equipamentos sofisticados, mas funcionais, que possibilitem o ir e vim na escola, que deem mais agilidade para locomover-se em todos os ambientes e participar ativamente.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando que nosso estudo teve como objetivo descrever os desafios e as possibilidades de atuação do professor de EF no processo de inclusão de estudantes que utilizam cadeira de rodas em ambiente escolar, nossa análise inicial foi realizada com a direção da escola.

##### - Direção da escola

Quanto ao entendimento sobre a educação inclusiva?

Eu acredito que a inclusão daquele aluno que é deficiente cadeirante, é ele estar incluído em todas as atividades que acontecem dentro da escola. Nós não podemos excluir essa criança pelo motivo dele ser cadeirante. Ele tem todas as regalias dos alunos que se dizem normais. Nós podemos fazer com que ele se sinta acolhido no meio de todos os alunos.

Com relação as deficiências atendidas na escola, quais foram as mais bem sucedidas?

A deficiência física, porque a escola incentiva a construção de todos os recursos necessários para que os professores possam trabalhar com este aluno cadeirante. A gente tem que se virar de todos os jeitos, porque a escola não nos dá condições especiais para trabalhar com esse aluno, os recursos não são suficientes.

Como ocorre a relação de interação da direção da escola com o aluno usuário de cadeira de rodas?

A minha relação com o aluno cadeirante é normal, igual ao tratamento com os outros alunos. Tentamos atender, na medida do possível, as possibilidades de inclusão dessa criança, mas no geral, a relação com ele é muito boa.

Com relação aos projetos que a escola desenvolve? Possui algum específico para com aluno cadeirante?

Não tem projetos a gente trabalha normal com o aluno cadeirante, como a gente trabalha com os outros alunos.

Frente a essas reflexões, e de acordo com os dados coletados durante a vivência na instituição, verificou-se que a direção não trabalha com projetos direcionados para públicos específicos, o que é de suma importância para o

processo de inclusão. Sabemos também que sempre há discriminação com qualquer tipo de deficiência, e ao que pudemos observar, a diretora conhece a realidade do aluno, já que é necessário que haja uma relação efetiva entre direção, alunos e, principalmente, o aluno usuário de cadeira de rodas. Segundo Stainback e Stainback nos diz:

O diretor deve reconhecer sua responsabilidade de definir os objetivos da escola e de garantir a tomada de decisões, o enfrentamento dos desafios e o apoio às interações e aos processos que se compatibilizam com a filosofia da escola (1999, p. 193).

Além dessas sugestões referentes ao ensino nas escolas, a educação de qualidade para todos e a inclusão implicam em mudanças de outras condições relativas à administração e aos papéis desempenhados pelos membros da organização escolar.

Nesse sentido é primordial que sejam revistos:

- Papéis desempenhados pelos diretores e coordenadores, no sentido de que ultrapassem o teor controlador, fiscalizador e burocrático de funções pelo trabalho de apoio, orientação do professor e de toda a comunidade escolar.
- A descentralização da gestão administrativa, por sua vez, gera uma maior autonomia pedagógica, administrativa e financeira de recursos materiais e humanos das escolas, por meio dos conselhos, colegiados, assembleias de pais e de alunos. Modificam-se os rumos da administração escolar e com isso o aspecto pedagógico das funções do diretor e dos coordenadores e supervisores emergente. Deixam de existir os motivos pelos quais esses profissionais ficam confinados aos gabinetes, às questões burocráticas, sem tempo para conhecer e participar do que acontece nas salas de aula.

As escolas precisam valorizar a diversidade e promover a equidade de suas aprendizagens, assegurando o atendimento de suas necessidades coletivas e individuais, de modo que seu papel na formação individual possibilite a construção de uma cultura de respeito a diversidade e combate às desigualdades (SASSAKI, 2004). Além disso, a nossa opinião é que um bom projeto pedagógico se torna essencial para que os professores de EF escolar possam realmente trabalhar a inclusão de alunos cadeirantes em suas aulas.

### - Técnico em Educação Especial

Quanto a opinião em relação às principais dificuldades enfrentadas pelos docentes no trato do processo ensino aprendizagem com o aluno cadeirante?

A nossa dificuldade é que a escola não nos dá recursos necessários pra trabalhar esses alunos, muitos das vezes para nós conseguirmos fazer algo, a gente tem que tirar dinheiro do nosso próprio bolso, e correr atrás de recursos para trabalhar com esse aluno, porque a escola e o município não nos oferecem esses recursos.

Na sua percepção, quais as principais dificuldades que o aluno cadeirante sente para apreender os conteúdos apresentados nas disciplinas? Qual a disciplina que o aluno sente maior dificuldade de aprendizagem?

Eu acredito que as dificuldades desse aluno cadeirante estão na hora da aula de educação física, pois eu vejo que nas outras matérias ele consegue aprender, mas quando chega nessa parte prática de fazer movimentos, ele fica limitado porque essa deficiência impede a realização de alguns movimentos por conta de ele ser cadeirante.

Na sua opinião houve algum curso direcionado aos pais, alunos, funcionários, professores da escola para a implementação da inclusão?

Nunca houve cursos para os pais de alunos cadeirantes na escola e eles, os pais, cuidam dele da maneira deles, com os recursos que eles têm.

Em seu ponto de vista, qual o apoio que as pessoas com necessidades especiais necessitam para o melhor desenvolvimento das suas capacidades?

Considero o aspecto familiar importante, que envolve o acompanhamento e o apoio da criança com deficiência durante o seu período escolar. Também a escola, por propiciar o desenvolver suas potencialidades e habilidades.

Com relação ao processo de aprendizagem da criança cadeirante, quais as atividades dentro o aluno mais se destaca?

Eu acho que a atividade que o aluno cadeirante aqui na escola se destaca é Arte, porque ele pinta muito bem, combina as cores, principalmente em atividades de desenhar e pintar, um lado para arte bem apurado.

Com base nessas respostas, o apoio técnico parece encontrar dificuldades em relação a apoio institucional. No que diz respeito ao seu trabalho, verificou-se que este assume cargo de chefia e, às vezes, chega a confundir-se com a atuação da pedagoga, pois o técnico acaba dicotomizando suas ações, então podendo exercer papéis completamente diferente dos quais realmente deveria realizar.

A escola pesquisada deveria trabalhar com projetos, principalmente porque tem em suas salas aluno com deficiência incluído, pois, Drago et al comentam que:

Ao se ressignificar a comunidade educacional macro e micro, os espaços, os tempos, os profissionais da escola, a sala de aula e sua organização, a gestão da educação, os princípios avaliativos, o acesso o acesso e a permanência do aluno, a ação docente, as propostas curriculares, dentre outros fatores que precisam ser presentificados no documento da escola, no caso o Projeto Político Pedagógico (PPP), pode-se vislumbrar possibilidades de implementação de princípios inclusivos que contribuirão para que o aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação se aproprie dos conhecimentos de acordo com suas potencialidades e particularidades (2010, p. 127).

Como forma de priorizar a educação inclusiva, toda escola deveria ter um PPP acessível a todos, e não apenas como um documento que deve ser encaminhado para as autoridades. O PPP tem como finalidade estabelecer metas, objetivos e estratégias metodológicas, recursos humanos e formas de avaliação para que as atividades possam ter direcionamento e etapas a serem cumpridas no decorrer do processo.

Acredita-se que o técnico deva direcionar sua prática para ações acerca das atividades de vida diária, que consiste em noções em torno de adaptações para ambientes fora da realidade dos PCDs. Pois, uma das funções estabelecidas para o trabalho do profissional técnico é a orientação espacial e temporal, orientar a família de como ajudar seu filho a se desenvolver, e ainda a entender quais as principais limitações deste indivíduo e realizar orientações para a vida em sociedade (STAINBACK e STAINBACK, 1999).

Esses mesmos autores relataram que o processo de inclusão é desafiador, tanto para educandos como para profissionais da educação especial. Os obstáculos para a inclusão são diversos, porém podem ser superadas pela formação de consciência da humanidade acerca das possibilidades humanas. Todas as escolas devem organizar e disponibilizar recursos para remoção de barreiras que

impossibilitam a aprendizagem de crianças com deficiência, uma vez que essas crianças necessitam de apoio diferenciado dos que estão disponíveis comumente na educação escolar.

A escola não pode permanecer como um espaço social que não reflete o que realmente é a sociedade, pois é dentro dela que se dá grande parte das aprendizagens humanas, e como não aprender dentro dela a convivência com as diferenças. O objetivo é comum: o de construir um conhecimento capaz de transformar uma realidade, operando mudanças de forma efetiva, considerando as diferenças e as individualidades. Nesse sentido, Freire relata:

[...] eu agora diria a nós, como educadores e educadoras: ai daqueles e daquelas, entre nós, que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar. Ai daqueles e daquelas que, em lugar de visitar de vez enquanto o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o agora, ai daqueles que em lugar desta viagem constante ao amanhã, se atrelem a um passado de exploração e de rotina (1982, p. 101).

É preciso refletir em duas formas de exclusão: a que impede o acesso e o ingresso de pessoas com deficiência nas escolas regulares; e a que expulsa as que ingressaram, pois essas não conseguem permanecer. Na primeira, se supõe que as pessoas com deficiência devam frequentar instituições exclusivas ou, em classes especiais anexadas. Na segunda, alunos com deficiência são excluídos, sendo justificada de que nessas escolas, não existem condições de oferecer-lhes o apoio que necessitam, tanto em termos de recursos materiais, financeiros ou de recursos humanos, pois se sentem despreparados para atender a diversidade.

Como Stainback e Stainback colocam:

O que está em questão no ensino inclusivo não é se os alunos devem ou não receber, de pessoal especializado e de pedagogos qualificados, experiências educativas apropriadas, ferramentas e técnicas especializadas das quais necessitam. A questão está em oferecer a esses alunos os serviços dos quais necessitam, mas em ambiente integrado, e em proporcionar aos professores atualização de suas habilidades (1999, p. 25).

Esses autores comentam que, levando em conta a definição de ensino inclusivo e partindo da premissa que nossa sociedade é composta por uma variedade de seres humanos, e que a escola é um contexto social, não tem como

não contemplar em seus espaços a diversidade. Antes da virada do século, Stainback e Stainback, já comentavam que:

A razão mais importante para a inclusão é o valor social, é a criança sentir-se integrada no seu grupo, com todas as condições de aprendizagem, apesar da diferença. O desejo está justamente em como atender a inclusão e facilitar seu aprendizado. A arte de facilitar a inclusão envolve criatividade, desejo de mudanças, elevação da autoestima do educando, redimensionamento de ações e de vencer os medos que provocam os limites (1999, p. 22).

Como professores de EF temos dois caminhos a seguir: ou saímos da rotina e inovamos nossa prática diante desse cenário que é a Inclusão, ou ficamos lamentando o que poderia ser feito, jogando a culpa no sistema de ensino, nos ombros do governo, na família e em todos os setores da sociedade. Que garantias temos de que a inclusão terá sucesso? Ou quando estas mudanças ocorrerão na prática? Essas respostas só serão respondidas quando passarmos dos discursos e dos debates para a prática em toda sua plenitude. Como Rodrigues afirma:

O desenvolvimento da Educação Inclusiva depende, em grande parte, do desenvolvimento do sistema educativo no seu conjunto. É muito difícil desenvolver um sistema que, coerentemente, opte pela Educação Inclusiva sem fazer uma aposta decisiva no desenvolvimento da escola regular. [...] a Educação Inclusiva, enquanto reforma educacional, só poderá florescer em sistemas educativos capazes de aceitar uma mudança nos seus hábitos e paradigmas (2008, p. 40).

Na perspectiva do olhar de um professor de EF, entendemos que todo e qualquer educador deve desenvolver o papel de agente estimulador das potencialidades que o educando traz consigo, onde ele se mostre interessado.

#### **- Professor da sala de aula**

Quais as principais dificuldades enfrentadas no trato do processo ensino aprendizagem dos alunos com deficiência física?

Falta de formação, tanto por parte da escola quanto a nossa.

Como você percebe o relacionamento entre o aluno usuário de cadeira de rodas e as outras crianças?

Eles têm uma boa convivência, são amigos, procuram estar sempre juntos, ajudando o colega nas suas atividades.

Qual a sua opinião sobre o processo de inclusão?

A ideia é boa, mas ainda tem que melhorar essa prática, pois é insuficiente, como a não formação continuada dos professores para uma melhor atuação. Além disso, a falta de formação elementar, tanto por parte da escola quanto a nossa.

Você se sente preparada para atuar nessa nova realidade social? Por quê?

Estou me preparando aos poucos, porque sei da necessidade de conhecer as novas metodologias para atuar com esses alunos, no caso do aluno usuário de cadeira de rodas.

### **- Professor Itinerante de Educação Física**

Quais as principais dificuldades enfrentadas no trato do processo ensino aprendizagem dos alunos com deficiência física?

Para que a inclusão escolar seja real, o professor deve estar sensibilizado e capacitado para mudar sua forma de ensinar e adaptar o que vai ensinar para atender às necessidades de todos os alunos, inclusive de alguns que tenham maiores dificuldades. Uma das principais dificuldades que eu acho é como adaptar minhas aulas, e por parte da escola, ela oferece pouco cursos de formação para nós.

Como você percebe o relacionamento entre o aluno usuário de cadeira de rodas e as outras crianças?

Alguns têm preconceito, outros procuram ajudar nas atividades que estão sendo trabalhadas durante as atividades práticas.

Qual a sua opinião sobre o processo de inclusão?

A inclusão implica uma nova postura da escola, onde a escola deve se organizar para receber os alunos com necessidades educativas especiais.

Você se sente preparada para atuar nessa nova realidade social? Por quê?

Não, porque tem que haver mais cursos de formação continuada, nós professores.

Constata-se na fala das professoras entrevistadas que a escola ainda não oferece cursos de formação continuada, os professores não estão capacitados para trabalhar sob os aportes teórico-metodológicos da educação inclusiva. Observamos também, que as professoras apresentam despreparo para atuarem com o aluno usuário de cadeira de rodas, não aplicam metodologias contextualizadas com a realidade deste educando, e estas dificuldades entravam o processo de facilitação

da inclusão criança. Stainback e Stainback (1999, p. 243) comentam que “os professores também precisam modificar as atividades em que determinado aluno participa, ou a maneira como ele atinge os objetivos”.

Percebe-se nas falas das professoras que incluir significa trazer para o meio social as pessoas com necessidades educativas especiais, e que a inclusão escolar implica o compromisso que a escola assume de educar cada criança. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial, em Brasil, é possível ressaltar o conceito na escola inclusiva:

Implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógica no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogenias. A escola capacita seus professores, preparar-se, organizar-se e adaptar-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades Educativas Especiais (2010, p. 9).

Portanto, Mantoan (2003, p. 24) coloca que a inclusão escolar é “não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar”. Esse autor comenta ainda que é notória a fala das professoras em relação a educação inclusiva, pois as discentes possuem pouco conhecimento das políticas inclusivas, pois, acreditam que educar para a inclusão é não separar o lugar e o tempo de aprender do lugar e do tempo de ensinar. Onde e quando se aprende também se ensina. E todos ensinam e aprendam. Nesse processo, o papel do educador é dar sentido a essa construção, pois a formação não pode se dar no vazio e nem no isolamento.

Para Malaquias et al (2019, p. 19), “o professor ministrar uma aula de EF adaptada é desafiador, pois muitas das vezes o professor não está capacitado, entendendo que ele é o mediador nesse processo de ensino/aprendizagem”. Dessa forma, investir em cursos de formação que discutam estratégias educacionais, principalmente ao que refere a inclusão escolar, é o primeiro passo para que essa ação aconteça de forma satisfatória.

Assim, necessitamos de uma nova escola, que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar. Uma escola que não tenha medo de se arriscar, com coragem suficiente para criar e questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, e em resposta a necessidade de inclusão. Como Mantoan revela:

“[...] cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos”. E nesta busca de respostas para atender a diversidade, o processo pedagógico fica, com certeza,

mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. É dessa forma que todos se beneficiam da educação inclusiva, que todos se enriquecem: alunos, professores, família e comunidade (1997, p.68).

Portanto, é necessário que a escola esteja preparada para receber alunos com todos os tipos de diferenças, possuindo um conjunto de recursos que precisam ser organizados e disponibilizados para que todos os alunos, sejam eles deficientes ou não, possam desenvolver suas competências com respeito e dignidade, sendo justamente responsabilidade do professor de EF a adaptação das aulas de uma maneira que inclua o grupo de alunos em geral, conseguindo, assim, atender cada um com suas especificidades.

Sempre que possível o professor deve conhecer o histórico pessoal e escolar dos alunos com deficiências, buscando informações sobre o estado clínico desses alunos, medicações que eles tomam, se há efeitos colaterais, posto que esse conhecimento pode ser considerado a base para que sejam elaborados métodos para melhor e adequadamente se trabalhar com os alunos com necessidades especiais (SILVA et al., 2018).

Contudo, um estudo recente verificou se os professores de EF Escolar se consideravam preparados para a intervenção na área de EF adaptada. Os resultados indicaram que os professores possuem pelo menos um aluno com deficiência; autoavaliaram-se capazes de atuar com esse público, apesar de apresentarem conceitos incorretos a respeito dos tipos de deficiência, além de utilizarem adaptação das atividades para incluir alunos com deficiência em suas aulas (SILVEIRA et al, 2021). Eles concluíram que a formação inicial dos professores carece de atividades complementares, reforçando a importância de conhecer acerca de adaptações pedagógicas que podem auxiliar no processo de inclusão

#### **- Pais/responsáveis da criança cadeirante**

Como foi o percurso da vida escolar do seu filho com relação a recepção na escola? A criança foi bem recebida pela direção, pelos professores e pelos colegas de classe?

Na minha opinião tem sido boa. A direção sempre atenciosa, mostrando interesse em garantir o acesso do meu filho. Com relação

aos professores, foi a mesma coisa, sempre com muita atenção, e os colegas buscam ajudar sempre que é possível.

Com relação ao aprendizado dele na escola, como um todo, a criança recebe metodologias com a utilização de equipamentos adaptados?

Meu filho aprende devagar. Vai no ritmo dele. A escola apresenta algumas adaptações de materiais que são usados na hora da aula. Às vezes, dá certo e ele participa.

Qual a forma de avaliação realizada com a criança? Você percebe evolução no aprendizado dele?

Ele consegue aprender alguma coisa, quando volta para casa depois da aula sempre tem uma novidade. Não sei bem como ele é avaliado. Mas sei que ele melhora o humor e gosta muito de ir à escola.

A partir do relato da mãe do aluno sobre sua vida escolar, em especial seu aprendizado, vimos que a criança não tem muita dificuldade nesse processo, e que a comunicação entre o aluno, os professores, a direção e os colegas é satisfatória. Em relação aos amigos da criança cadeirante, são carinhosos, proporcionando uma comunicação entre eles efetiva e sem maiores problemas.

A família é muito importante para que o processo de inclusão aconteça, a família tem o dever de estar sempre presente em toda a trajetória de vida escolar de seu filho. Além disso, os familiares devem não apenas dar estrutura emocional e logística, mas monitorar e dialogar com os educadores sobre as atividades que poderiam ser mais viáveis a aprendizagem de seu filho, diagnosticando erros, cobrando mudanças e pressionar adaptações (MANTOAN, 2003). Esse autor destaca que os pais sofrem preconceitos de outros pais de alunos sem deficiência, que não admitem a inclusão, por acharem que as escolas vão baixar e/ou piorar ainda mais a qualidade de ensino se tiverem de receber esses novos alunos, portanto há movimento para incluir e há movimentos para exclusão.

A realidade da inclusão social foi verificada quanto a implementação de políticas sociais na área de acessibilidade para crianças e adolescentes cadeirantes nas escolas públicas no interior de São Paulo. No entanto, foram observadas as garantias legais na educação estabelecidas em Leis e Estatutos e, os resultados indicaram que as condições de acessibilidade e inclusão social, a partir da ação das

políticas públicas, falta preparo profissional e a falta de investimento na infraestrutura (GUERREIRO et al., 2020).

No entanto, em nosso estudo, as entrevistas revelaram que a relação da criança cadeirante com as demais crianças se limita a trocas de informações básicas. Ele, por não conhecer outras experiências, só pode achar que este ambiente em que vive é bom: tem amigos, vai à escola todos os dias, é bem tratado. Todavia, tudo isso se mostra precário, longe daquilo que seria desejável para qualquer aluno de sua idade.

Acreditamos ser de suma importância que a criança deficiente possa ir a escola, que os pais deem esse apoio que ela tanto precisa, muitas vezes a não adaptação nas aulas desmotiva essa criança, Conforme Malaquias et al (2019, p. 36), “é possível destacar a falta de capacidade dos professores em trabalhar com esse público de crianças especiais”.

Para que este ambiente se torne minimamente adequado às necessidades do aluno, são necessárias mudanças e adaptações que parecem distantes de serem realizadas em curto prazo. Outro ponto importante, é que o aluno usuário de cadeiras de rodas, como qualquer criança, está em processo de desenvolvimento de linguagem, de processos identificatórios, de construção de valores sociais e afetivos, entre outros.

Para a adaptação da vida em sociedade, as crianças aprendem e se aperfeiçoam na escola através de formas de narrar, de descrever, com modos adequados de usar a linguagem em diferentes contextos, ampliando seu conhecimento linguístico, e experimentam regras de convivência social, regras de formação de grupo e de valores sociais (GUERREIRO et al., 2020). Para saber o que realmente se passa, e como podem ser as relações em uma sala de aula entre o aluno cadeirante e o não cadeirante, entre os professores e os alunos que vivenciam esta experiência de inclusão, precisariam conhecer melhor a deficiência física e sua realidade, de modo a refletir sobre o que pode ser experimentado (MANTOAN, 2003). Por fim, o aluno usuário de cadeiras de rodas, apesar de presente (fisicamente), não é considerada em muitos aspectos e se cria uma falsa imagem de que a inclusão é um sucesso.

Além disso, a escola para além dos conteúdos acadêmicos, tem espaço para atividades esportivas, de lazer, de artes e de criação, nas quais poderiam conviver

crianças com diferentes necessidades, desde que as atividades sejam preparadas e pensadas para isso (MANTOAN, 2003). Esse autor revela que não se trata de inserir a criança usuário de cadeira de rodas nas atividades propostas para alunos não usuários de cadeira de rodas, mas de pensar atividades que possam ser integradoras e significativas para deficientes físicos e não deficientes.

### - Os colegas de classe

A pesquisa feita com os colegas de classe da criança cadeirante mostrou que o aprendizado acontece, no entanto, a carência de professores na área de educação especial revela ser um problema para o desenvolvimento da aprendizagem do educando, de acordo com as alunas.

O que vocês acham dos seus aprendizados neste estabelecimento de ensino?

**Aluna 1:** “Eu acho bom, mas tem carência de professores como o professor de EF que há mais de três meses não tem aula”.

**Aluna 2:** “O ensino é regular, apesar de não ter professor, principalmente o de EF”, pois que quem dá aula de ginástica é a tia da sala.

Em sua opinião, o que afeta o aprendizado dos alunos deficientes físicos?

**Aluna 1 e Aluna 2:** Carência de profissionais, Informatização de ensino e Infraestrutura precária da escola.

Como vocês consideram os recursos didáticos adotados no ensino-aprendizagem?

**Aluna 1 e Aluna 2:** Não são os melhores, mas conseguimos usar.

Vocês já ouviram falar na palavra INCLUSÃO, se já ouviram, o que acha dela?

**Aluna1:** Não

**Aluna 2:** Não

Vocês já tiveram algum tipo de preconceito quando teve que estudar com o aluno usuário de cadeira de rodas?

**Aluna1:** Não, todos os recebem bem.

**Aluna 2:** Não, eu acho que ele é muito legal.

Qual a mensagem que você deixaria para o seu colega usuário de cadeira de rodas?

**Aluna1:** Que ele é uma pessoa muito importante. E para os não usuários de cadeiras de rodas o respeitem.

**Aluna 2:** Eu queria que eles pudessem correr como nós e para aqueles que não são deficientes, que respeitem.

Os depoimentos das alunas revelaram que o aluno usuário de cadeira de rodas é acolhido pela classe, visto com respeito, e que conta com a amizade de vários companheiros. Entretanto, também revelaram uma supervalorização destas relações, como se não houvesse problemas e como se tudo se desenvolvesse satisfatoriamente. Mantoan comenta que:

[...] assegurando aos alunos portadores de deficiência o direito de conviver como os seus pares “normais, pois a oportunidade de estar junto no cotidiano vai ensinando a todos a respeitar as diferenças e aceitar as limitações recíprocas, base fundamental para a construção da democracia (1997, p. 32).

As alunas entrevistadas falam de um ambiente 'feliz', no qual o aluno é querido, tem boas relações, e que todos conhecem sinais que são suficientes para uma comunicação eficiente. Faz pensar em um ambiente tranquilo, no qual não existem problemas. Entretanto, Cruz (2014, p. 60) reforça “a importância do processo educacional no desenvolvimento da interação com o grupo social [...]”. Configura-se um paradoxo entre aquilo que se acredita parecer importante e aquilo que é efetivamente vivenciado. A relação entre alunos não cadeirantes e aluno cadeirante não se revela sempre difícil, há aceitação e compreensão de suas características, mas não se revela sempre fácil, há dificuldades de relação, e de aceitação de certas características.

Silva et al., (2018, p. 28) relataram que “a aceitação desses deficientes está cada vez maior pelos alunos ditos normais, e que a interação aluno-aluno se dá pela socialização de ambos. Nesse contexto, Vygotsky relata que:

O processo de internalização envolve uma série de transformações em relação ao social e ao individual e afirma que todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois no nível individual; primeiro entre pessoas (interpsicológica), e depois, no interior da criança (intrapsicológica) (2001, p. 75).

Porém, os aspectos mais difíceis da relação são ocultados, aparecendo apenas nas entrelinhas, percebidos como menos importantes. Há um saldo geral positivo e isso em certa medida é o que conta. Também entre os adolescentes parece não haver estranhamento e apreensão em relação a essa experiência nova,

que permita uma visão mais realista do que ocorre no caso da convivência com uma criança cadeirante.

A partir dos relatos das alunas, com relação ao aprendizado da criança cadeirante na instituição, percebemos de fato que há uma carência grande de professores, principalmente o de EF. O professor dessa disciplina é muito importante para o desenvolvimento das crianças especiais, segundo Malaquias et al (2019, p. 24), “por meio das aulas de EF Física Adaptada, a criança com deficiência física obtém diversos benefícios, seja no campo afetivo, social, físico ou de lazer que os tornam mais capacitados para enfrentar as dificuldades encontradas no cotidiano”. A disciplina de EF se faz necessária para a aquisição de conhecimentos relacionados ao corpo, ao movimento e a saúde. Entretanto, muita das vezes a evasão escolar acontece devido à falta de profissionais na instituição.

Seguindo a entrevista, em relação à palavra inclusão, nenhuma das alunas soube comentar o qual o significado, ou seja, a nosso ver, a instituição ainda não desenvolveu nenhum trabalho com os alunos a respeito da inclusão, visto que é muito importante que haja comunicação entre escola e a classe de estudantes. Pois a inclusão, de acordo com Mantoan (2003, p. 15), “[...] é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam”.

Diante do que foi exposto acima a partir do relato das meninas da classe da criança cadeirante, o que se assiste nos ambientes escolares é a necessidade urgente de reflexão sobre o desenvolvimento da educação, pensada sobre o paradigma da inclusão. Nesse sentido, a instituição escolar deveria ser efetivamente mais orientada para as particularidades apresentadas pelos alunos do que para as necessidades da sociedade.

## 5. CONCLUSÕES

A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os quais fortalecem a identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

O presente trabalho nos possibilitou um melhor entendimento sobre a questão da inclusão do usuário de cadeiras de rodas durante sua participação no processo do ensino aprendizagem, em especial, nas aulas de EF. Pois este ser é capaz como os outros, não da mesma forma, mas com suas limitações, seus desejos, suas frustrações, seus sonhos e sua vontade de ser respeitado como gente que pensa, sofre, ama, sorri, se decepciona e que busca o que todo ser humano deseja, ou seja, ser feliz e ser aceito e compreendido por todos.

No, entanto, na perspectiva de um aluno cadeirante, a escola ideal ainda é uma realidade distante, em especial no que refere a vivências nas aulas de EF. Esses alunos não têm um espaço adequado para a realização das suas atividades, e cabe ao docente enfrentar o desafio de ser criativo para atuar de forma eficaz no desenvolvimento do seu conteúdo. Além do que, a Escola não está totalmente preparada para receber essa clientela, pois, há falta de rampas na entrada das salas de aula, assim como em outras áreas de circulação.

Por fim, entendemos que os achados nesse trabalho não se esgotam, novos olhares acerca da criança cadeirante nas aulas de EF podem e devem ser desenhados, e que as informações pertinentes a formação do professor de EF possam alcançar as populações especiais. Nesse sentido, acreditamos que o aspecto associado a terminologia inclusão pode trazer bons frutos como área de atuação do professor de EF.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, M. L. C.; VIEIRA, J. S. S.; LOPES, K. A.; POCE, K. B. Educação física inclusiva na escola: percepção do aluno com deficiência física. **Brazilian Journal of Health Review**. v. 3, n. 3, pp. 7134-7141, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretária da Educação Especial. Educação Inclusiva: fundamentação filosófica. Brasília: MEC/ SEESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9394**. Estabelece diretrizes e bases para a educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de dez, Seção1, 1996.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial a República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção à saúde da pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

CRUZ, T. **Autismo e Inclusão: experiências no ensino regular**. Jundiaí: Paco editorial, 2014.

DAOLIO, J. A educação física escolar como prática cultural: tensões e riscos. **Revista Pensar a Prática**. v. 8, n.2, pp. 215-226, 2005.

DRAGO, R.; OLIVEIRA, A. G.; SILVEIRA, L. V.; RODRIGUES, P. S.; DIAS, I. R. **Projeto político pedagógico e inclusão escolar: um diálogo possível**. Caderno de Pesquisa em Educação PPGE – UFES. V. 16, n. 31, pp. 126-145, 2010.

FREIRE, P. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, C. **O Educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GUERREIRO, E. P. SILVA, L. M. EDELSTEIN, S. F. Políticas sociais na área de acessibilidade para crianças e adolescentes cadeirantes nas escolas públicas de Santos. **Social Meeting Scientific Journal**. v. I, n. 1, pp. ,107-118, 2020.

GUSMAO, N. M. M. **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003.

JUCÁ, L. G.; DUARTE, M. A.; SILVA, J. C. A.; FALCÃO, C. M. N. Possibilidades de avaliação e dificuldades na adequação da prática pedagógica para alunos com deficiência na Educação Física. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**. v. 1, n. 2, pp. 1-12, 2020.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KRUG, H. N.; KRUG, M. R.; KRUG, R. R. As barreiras e os facilitadores da inclusão na educação física escolar: percepções dos professores da área. **Revista FACISA On-Line**, vol. 08, n. 2, pp. 18-33, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ed. Atlas, 1996.

MALAQUIAS, A. F. L.; SANTOS, C. P. S.; SILVA JÚNIOR, J. H. V. **A importância das aulas de educação física adaptada para cadeirantes**. Trabalho de Conclusão de Curso. Educação Física, Universidade Federal do Ceará, Caruaru, 2019.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MANTOAN, M. T. E. **Ensinando a Turma Toda – as diferenças na escola**. LEPED/Unicamp. Campinas, 2000.

\_\_\_\_\_, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderno, 2003.

\_\_\_\_\_, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon – SENAC, 1997.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PALMA, L. E.; PATIAS, B. C.; FECK, R. M. Atividade física e deficiência física: preferências, motivações e barreiras para a prática de atividade física. **Caderno de Educação Física e Esporte**. v. 18, n. 2, pp. 145-151, 2020.

ROCHA, M. G. **A inclusão do cadeirante nas aulas de educação física escolar para ensino médio**. Goiânia: UFG Editora, 2020.

RODRIGUES, D. Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva. **Revista de Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial. Brasil, v. 4, n2, p. 1-58, jul./ out. 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, A. P. O.; SILVA, F. P.; SANTANA, V. R. B. Educação Física em uma perspectiva inclusiva para alunos cadeirantes em escolas de ensino regular: estudo

de revisão bibliográfica. **Trabalho de conclusão de Curso**, Centro Universitário Tabosa de Almeida, Curso de Educação Física, 2018.

SILVEIRA, A. B. A.; SILVA, E. V. M.; SILVA, M. E. H.; MOREIRA, H. F.; SIMIM, M. A. M. Professores de educação física escolar estão preparados para atuar com pessoas com deficiência? **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**. v. 22, n. 1, pp. 81-98, 2021.

SOARES, M. A. L. **O professor e o aluno com deficiência**. São Paulo: Cortez, 2012.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. 6ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

## ANEXO 1

## Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CURSO: LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG: \_\_\_\_\_, e domiciliado a \_\_\_\_\_,  
nascido em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ no município de \_\_\_\_\_, **Direção da escola** \_\_\_\_\_: **Declaro que autorizo, a Concordo com minha participação como voluntário** da pesquisa intitulada “**O processo de inclusão do indivíduo cadeirante em aulas de educação física: um olhar da comunidade escolar**”, sob responsabilidade das pesquisadoras **Danielen Costa Ferreira e Graciete Maciel da Costa**.

Declaro, ainda, que fui satisfatoriamente esclarecido que:

- A) o estudo será realizado a partir do informe aqui prestado antes do início do procedimento (coleta de dados, entrevista, aplicação de questionários);
- B) que não haverá riscos para minha saúde e que a pesquisa segue todos os cuidados dispostos na Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) no que se refere a pesquisas com seres humanos;
- C) que posso consultar os pesquisadores responsáveis em qualquer época, pessoalmente ou por telefone, para esclarecimento de qualquer dúvida;
- D) que estou livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa e que não preciso apresentar justificativas para isso;
- E) que todas as informações por mim fornecidas e os resultados obtidos serão mantidos em sigilo e que, este último só será utilizado para divulgação em reuniões e revistas científicas sem a minha identificação;
- F) que serei informado de todos os resultados obtidos, independentemente do fato de mudar meu consentimento em participar da pesquisa;
- G) que não terei quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa;
- H) que esta pesquisa é importante para a produção de novas informações para o universo da Educação Física.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Responsável (participante)

\_\_\_\_\_  
Pesquisador

OBS: Este termo deve apresentar duas vias, uma destinada ao usuário ou seu representante legal e a outra ao pesquisador.

## ANEXO 2



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CURSO: LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG: \_\_\_\_\_, e domiciliado a \_\_\_\_\_,  
nascido em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ no município de \_\_\_\_\_, **Técnico da escola \_\_\_\_\_: Declaro que autorizo, Concordo com minha participação como voluntário** da pesquisa intitulada “**O processo de inclusão do indivíduo cadeirante em aulas de educação física: um olhar da comunidade escolar**”, sob responsabilidade das pesquisadoras **Danielen Costa Ferreira e Graciete Maciel da Costa.**

Declaro, ainda, que fui satisfatoriamente esclarecido que:

- A) o estudo será realizado a partir do informe aqui prestado antes do início do procedimento (coleta de dados, entrevista, aplicação de questionários);
- B) que não haverá riscos para minha saúde e que a pesquisa segue todos os cuidados dispostos na Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) no que se refere a pesquisas com seres humanos;
- C) que posso consultar os pesquisadores responsáveis em qualquer época, pessoalmente ou por telefone, para esclarecimento de qualquer dúvida;
- D) que estou livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa e que não preciso apresentar justificativas para isso;
- E) que todas as informações por mim fornecidas e os resultados obtidos serão mantidos em sigilo e que, este último só será utilizado para divulgação em reuniões e revistas científicas sem a minha identificação;
- F) que serei informado de todos os resultados obtidos, independentemente do fato de mudar meu consentimento em participar da pesquisa;
- G) que não terei quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa;
- H) que esta pesquisa é importante para a produção de novas informações para o universo da Educação Física.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Responsável (participante)

\_\_\_\_\_  
Pesquisador

## ANEXO 3



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CURSO: LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA  
TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG: \_\_\_\_\_, e domiciliado a \_\_\_\_\_,  
nascido em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ no município de \_\_\_\_\_, **Professor da turma \_\_\_\_\_: Declaro que autorizo, a Concordo com minha participação como voluntário** da pesquisa intitulada “**O processo de inclusão do individuo cadeirante em aulas de educação física: um olhar da comunidade escolar**”, sob responsabilidade das pesquisadoras **Danielen Costa Ferreira e Graciete Maciel da Costa.**

Declaro, ainda, que fui satisfatoriamente esclarecido que:

A) o estudo será realizado a partir do informe aqui prestado antes do início do procedimento (coleta de dados, entrevista, aplicação de questionários);

B) que não haverá riscos para minha saúde e que a pesquisa segue todos os cuidados dispostos na Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) no que se refere a pesquisas com seres humanos;

C) que posso consultar os pesquisadores responsáveis em qualquer época, pessoalmente ou por telefone, para esclarecimento de qualquer dúvida;

D) que estou livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa e que não preciso apresentar justificativas para isso;

E) que todas as informações por mim fornecidas e os resultados obtidos serão mantidos em sigilo e que, este último só será utilizado para divulgação em reuniões e revistas científicas sem a minha identificação;

F) que serei informado de todos os resultados obtidos, independentemente do fato de mudar meu consentimento em participar da pesquisa;

G) que não terei quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa;

H) que esta pesquisa é importante para a produção de novas informações para o universo da Educação Física.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Responsável (participante)

\_\_\_\_\_  
Pesquisador

## ANEXO 4



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**  
**CURSO: LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**  
**TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_,  
 RG: \_\_\_\_\_, e domiciliado a \_\_\_\_\_,  
 nascido em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ no município de \_\_\_\_\_, **Professor de Educação Física** \_\_\_\_\_: **Declaro que autorizo, a Concordo com minha participação como voluntário** da pesquisa intitulada “**O processo de inclusão do individuo cadeirante em aulas de educação física: um olhar da comunidade escolar**”, sob responsabilidade das pesquisadoras **Danielen Costa Ferreira e Graciete Maciel da Costa.**

Declaro, ainda, que fui satisfatoriamente esclarecido que:

- A) o estudo será realizado a partir do informe aqui prestado antes do início do procedimento (coleta de dados, entrevista, aplicação de questionários);
- B) que não haverá riscos para minha saúde e que a pesquisa segue todos os cuidados dispostos na Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) no que se refere a pesquisas com seres humanos;
- C) que posso consultar os pesquisadores responsáveis em qualquer época, pessoalmente ou por telefone, para esclarecimento de qualquer dúvida;
- D) que estou livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa e que não preciso apresentar justificativas para isso;
- E) que todas as informações por mim fornecidas e os resultados obtidos serão mantidos em sigilo e que, este último só será utilizado para divulgação em reuniões e revistas científicas sem a minha identificação;
- F) que serei informado de todos os resultados obtidos, independentemente do fato de mudar meu consentimento em participar da pesquisa;
- G) que não terei quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa;
- H) que esta pesquisa é importante para a produção de novas informações para o universo da Educação Física.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Responsável (participante)

\_\_\_\_\_  
 Pesquisador

## ANEXO 5



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CURSO: LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA  
TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG: \_\_\_\_\_, e domiciliado a \_\_\_\_\_,  
nascido em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ no município de \_\_\_\_\_, **responsável pelo/a menor** \_\_\_\_\_: **Declaro que autorizo a participação do/a menor ou Concordo com minha participação como voluntário** da pesquisa intitulada **“A inclusão do usuário de cadeira de rodas nas aulas de educação física: desafios e possibilidades”**, sob responsabilidade das pesquisadoras **Danielen Costa Ferreira e Graciete Maciel da Costa**.

- A) o estudo será realizado a partir do informe aqui prestado antes do início do procedimento (coleta de dados, entrevista, aplicação de questionários);
- B) que não haverá riscos para minha saúde e que a pesquisa segue todos os cuidados dispostos na Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) no que se refere a pesquisas com seres humanos;
- C) que posso consultar os pesquisadores responsáveis em qualquer época, pessoalmente ou por telefone, para esclarecimento de qualquer dúvida;
- D) que estou livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa e que não preciso apresentar justificativas para isso;
- E) que todas as informações por mim fornecidas e os resultados obtidos serão mantidos em sigilo e que, este último só será utilizado para divulgação em reuniões e revistas científicas sem a minha identificação;
- F) que serei informado de todos os resultados obtidos, independentemente do fato de mudar meu consentimento em participar da pesquisa;
- G) que não terei quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa;
- H) que esta pesquisa é importante para a produção de novas informações para o universo da Educação Física.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Responsável (participante)

\_\_\_\_\_  
Pesquisador

**ANEXO 6****Questionário aplicado a direção da escola.**

1. O que você entende por educação inclusiva?
2. Desde a sua implantação quais as deficiências que a escola se sentiu preparada para incluir?
3. Como é a sua relação com o aluno cadeirante?
4. Quais os projetos que a escola desenvolve? Possui algum específico para com aluno cadeirante?

## ANEXO 7

### Questionário aplicado aos técnicos da escola

**Nome do Técnico:**.....

**Formação:** .....

**Tempo de trabalho:** .....

1. Em sua opinião quais as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes no trato do processo ensino aprendizagem com alunos com o aluno cadeirante?
2. Na sua percepção o aluno cadeirante sente muitas dificuldades para apreender os conteúdos apresentados nas disciplinas? Qual a disciplina que o aluno sente maior dificuldade de aprendizagem?
3. Na sua opinião a escola desenvolve uma ação de integração ou de inclusão com aluno com deficiência física.
4. Houve algum curso direcionado aos pais, alunos, funcionários, professores da escola para a implementação da inclusão?
5. Em seu ponto de vista, qual o apoio que as pessoas com necessidades especiais têm:
  - ( ) Familiar, de acompanhar e apoiar a vida do deficiente físico na escola.
  - ( ) Estadual Poder público, de fazer cumprir seus direitos como cidadão.
  - ( ) Municipal Social, de amparo legal e suporte socialização.
  - ( ) Escolar, de desenvolver suas potencialidades e habilidades.
  - ( ) Outros: \_\_\_\_\_
6. Quais as atividades dentro do processo de aprendizado em que o aluno mas se destaca ( aluno cadeirante):
  - ( ) Leitura
  - ( ) Escrita
  - ( ) Artes
  - ( ) Dança
  - ( ) Jogos
  - ( ) Outros: \_\_\_\_\_

## ANEXO 8

### Questionário aplicado aos Professores

**Nome do/a Professor/a:**.....

**Tempo de trabalho:**.....

**Formação:**

1. Quais as principais dificuldades enfrentadas no trato do processo ensino aprendizagem com aluno cadeirante?
2. Como você percebe o relacionamento entre o aluno deficiente físico x alunos sem deficiência na sala?
3. Qual a sua opinião sobre o processo de inclusão?
4. Você se sente preparada para atuar nessa nova realidade social? Por quê?

**ANEXO 9****Questionário aplicado aos alunos pertencentes da classe do cadeirante**

Idade:

Menino ( )            Menina ( )

1. O que você acha do seu aprendizado neste estabelecimento de ensino?
2. Em sua opinião, o que é insuficiente quanto ao aprendizado do aluno deficiente:  
 Carência de profissionais  
 Métodos didáticos adotados  
 Informatização de ensino  
 Infraestrutura precária da escola
3. Quanto aos recursos adotados no ensino-aprendizagem deste processo, você os considera:  
 Ótimos  
 Bom  
 Regular  
 Não tenho opinião formada
4. Você já ouviu a palavra INCLUSÃO, se já ouviu o que acha dela?
5. Você tem ou teve algum tipo de preconceito quando teve que estudar com o aluno deficiente físico?
6. Qual a mensagem que você deixaria para o seu colega deficiente e os não deficientes.

**ANEXO 10****Questionário aplicado aos Pais****Idade:****Escolaridade:**

1. Como foi o percurso, da vida escolar do seu filho?

A) Recepção na escola:

B) Atenção dos professores, direção e colegas.

C) Aprendizagem, progressão e repetência.

D) Ele tem acesso a materiais.

E) Como ele é avaliado, consegue aprender alguma coisa.

F) Ele gosta do lugar onde estuda? Por quê?